

A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA EM MAPAS E NÚMEROS

por

Fernando C. S. Real

Resumo: Apresenta-se uma colectânea de dados que permitam avaliar, em termos especializados, a actual situação do país no âmbito da Arqueologia, bem como a evolução que teve nos últimos anos. A falta de elementos estatísticos anteriores a 1984 é grande; a maior parte dos valores reporta-se a 1986-93. Apontam-se as causas responsáveis pela carência de meios com que se debate o sector.

Apresenta-se como um facto positivo, sucessivamente confirmado através de múltiplos canais de expressão, a persistência, a determinação e o trabalho realizado pelos arqueólogos. Espera-se que o presente trabalho ajude a compreender melhor a Arqueologia em Portugal e, com o diagnóstico feito, ajude também a ultrapassar as barreiras que persistem.

Palavras-chave: Arqueologia. Portugal. Dados estatísticos.

Ao ser convidado pela organização para proferir uma conferência na abertura deste 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, cuja amável insistência muito me honra, aceitei o desafio consciente das dificuldades que iria encontrar. Contudo, encaro esta comunicação como a apresentação de uma colectânea de dados, a maior parte deles desconhecidos ou ignorados dos arqueólogos e que permitem avaliar, em termos especializados, alguns aspectos da situação de Portugal no âmbito da Arqueologia. Procura-se deste modo analisar, fazer um diagnóstico e apresentar várias componentes de que se reveste a gestão do património arqueológico.

Confesso que não foi sem receio que aceitei falar sobre a gestão do património arqueológico atendendo ao reconhecimento generalizado de que algo não vai bem neste sector e que numa sessão de abertura de um congresso deve transparecer uma nota de optimismo.

São diversas as razões deste dilema:

- as contínuas mudanças na política cultural dos sucessivos governos, a que temos assistido desde o final da década de 80 e que reconhecidamente têm afectado o sector da Arqueologia;
- a insensibilidade generalizada para com a investigação e o património ar-

- queológico, que quase sempre nos surge fragmentado, em ruína e a maior parte das vezes não é monumental;
- numa época em que tudo se “coisifica” numa perspectiva economicista e, sob o pretexto do progresso e do desenvolvimento, muitas ruínas arqueológicas são amputadas quando não destruídas e reduzidas à condição de objecto isolado do seu contexto topográfico e cultural sem que os arqueólogos consigam fazer-se ouvir para impedir tais desmandos (os exemplos abundam por todo o lado);
 - num momento em que o país está a viver uma fase de transição, onde, a par das reconhecidas distorções no domínio da Administração Pública se assiste a um processo de regionalização na área do Património e em particular na área da Arqueologia, contrário ao que a prática de 10 anos de actividade do sector demonstrou ser um caminho correcto, regressando agora a um processo de regionalização embrionário, com a extinção dos Serviços Regionais de Arqueologia, o liquidar do planeamento e da coordenação técnica, e o afastamento dos arqueólogos das regiões do único Conselho Consultivo de Arqueologia existente, o Conselho Consultivo do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR);
 - numa época em que a escassez de recursos financeiros é unanimemente reconhecida como um facto que tem influenciado negativamente o sector da Arqueologia;
 - somava-se a falta de elementos disponíveis e organizados para uma análise exaustiva da evolução da Arqueologia no nosso país.

É na esperança de que os mapas e os números que agora apresentamos, apesar de persistirem ainda dificuldades e se reconhecerem insuficiências diversas, ajudem a compreender que também, e apesar de tudo, há alguns indicadores positivos que importa identificar e se possível melhorar.

Estes indicadores, que passarei a apresentar, desconhecidos da maior parte de vós, traduzem da parte do Instituto do Património o esforço que está a ser desenvolvido, para:

- dar à actividade dos arqueólogos, nomeadamente à investigação, melhores condições de trabalho;
- proteger e valorizar os Monumentos e Sítios Arqueológicos;
- fazer com que a Arqueologia exerça com dignidade a sua função social.

A realização deste Congresso é, só por si, um indicador positivo da actividade arqueológica no nosso país.

Por estarmos num Congresso de profissionais do sector onde está presente um grande número de colegas espanhóis e de outras nacionalidades que não

conhecem a nossa organização da Arqueologia, apresentarei os números e farei breves comentários de enquadramento.

Principalmente para os que são menos conhecedores da situação da Arqueologia em Portugal, em síntese, começarei por referir a organização da Arqueologia no IPPAR em 1993.

ORGANIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO IPPAR

É ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), Direcção Geral da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), que compete promover a salvaguarda e a valorização dos bens que pelo seu interesse histórico e arqueológico integram o património arqueológico do país (Decreto-Lei 106-F/92 de 1 de Junho), quer através de meios próprios, quer com a colaboração de arqueólogos e entidades exteriores. De referir que os bens arqueológicos, móveis ou imóveis, são Património Nacional (art. 36º da Lei 13/85 de 6 de Junho).

A organização da Arqueologia no IPPAR, nesta data, estrutura-se num Serviço Central, 5 Serviços Regionais e um Conselho Consultivo.

O IPPAR dispõe de um Departamento de Arqueologia central em Lisboa, com funções operacionais de campo na região de Lisboa, de modo a colmatar a lacuna resultante do facto de a Direcção Regional de Lisboa não englobar arqueólogos no seu quadro, desempenha funções de organização administrativa, coordenação do Inventário Arqueológico e aconselhamento da Direcção do Instituto, apenas quando solicitado, de modo a permitir uma actuação eficaz na salvaguarda e valorização do património arqueológico e assegurar os contactos em reuniões internacionais. O Departamento de Arqueologia, com o seu corpo técnico, tem também reforçado as Direcções Regionais de Évora e Faro em projectos específicos. A coordenação do sector da Arqueologia e a decisão está atribuída a um dos Vice-Presidentes, que desde 1990 têm sido substituídos no desempenho do cargo com frequência, e cujo perfil é o de um gestor com formação académica em Direito, Gestão de Empresas, Sociologia, etc.

O IPPAR dispõe ainda de 5 Direcções regionais (Fig. 1), com técnicos e pessoal auxiliar de arqueologia, principalmente vocacionados para:

- intervenções de natureza pontual e de emergência;
- protecção de estações arqueológicas;
- acompanhamento e fiscalização dos trabalhos arqueológicos que se desenvolvem na região, quer promovidos pelas Autarquias, Universidades, Associações de Defesa do Património, quer ainda por arqueólogos independentes.

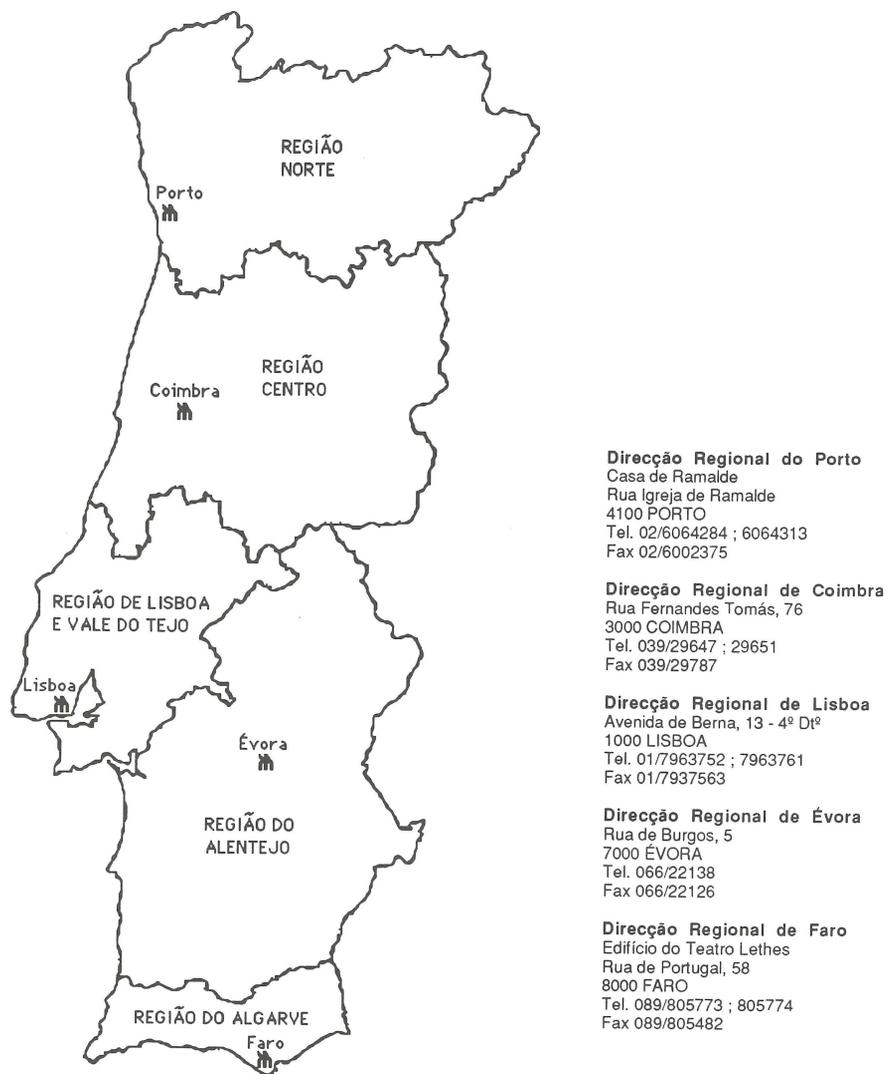


Fig. 1 — Direcções regionais do IPPAR.

As Direcções Regionais do IPPAR são equiparadas a Direcções de Serviço, e os respectivos directores equiparados ao director do Departamento de Arqueologia. Estão hierarquicamente dependentes da Direcção do Instituto que coordena directamente a sua acção, quer através do Presidente do Instituto quer através de um dos Vice-Presidentes. Os actuais directores regionais são licenciados respectivamente em:

- Direcção Regional do Porto – Arquitectura;
- Direcção Regional de Coimbra – Engenharia Civil;
- Direcção Regional de Lisboa – Arquitectura;
- Direcção Regional de Évora – História;
- Direcção Regional de Faro – Arquitectura.

Nenhum destes directores regionais tem formação específica de Arqueologia e, após a reestruturação de 1992, com a extinção dos cargos de directores dos Serviços Regionais de Arqueologia, esta área não tem a nível de chefia regional interlocutor com experiência e/ou conhecimento profissional.

Os quadros de pessoal técnico variam de região para região não estando completos e, do nosso ponto de vista, necessitam de reformulação de acordo com a experiência quotidiana e as exigências que um serviço de gestão do património requiere. No Quadro I indica-se o número de técnicos de Arqueologia existentes no quadro das Direcções Regionais.

Quadro I - Técnicos de Arqueologia nas Direcções Regionais do IPPAR

	Arqueólogo	Assistente de Arqueólogo	Operário
Dir. Reg. Porto	6	1	1
Dir. Reg. Coimbra	3	—	—
Dir. Reg. Lisboa	0	—	—
Dir. Reg. Évora	5	—	—
Dir. Reg. Faro	0	—	—

As 5 Direcções Regionais do IPPAR foram criadas sem que previamente tenha havido a necessária reflexão estratégica. O diploma que criou a lei orgânica do IPPAR (Decreto-Lei 106F/92 de 1 de Junho) foi preparado no segredo dos gabinetes da Secretaria de Estado da Cultura, sem a discussão e a participação de quem está implantado no terreno e conhece verdadeiramente as questões e dificuldades com que se debatia o ex-Instituto Português do Património Cultural.

O Conselho Consultivo de então também não foi chamado a pronunciar-se. A coordenação técnica a nível de cada região desapareceu e as relações institucionais dentro do próprio Instituto reflectem-se em termos operativos, provocando

um impacto negativo no modelo agora em vigor. Na reestruturação de 1990 e de 1992 houve a preocupação de desenvolver o sector das obras e em 1992 o objectivo era reduzir o número de pessoal efectivo, criando uma lista de disponíveis e descentralizar a emissão de pareceres e aprovação de projectos de arquitectura e licenciamento de obras requeridas por particulares dentro das Zonas Especiais de Protecção de Imóveis Classificados. Nesta reestruturação a Arqueologia foi relegada para segundo plano, chegando-se ao ponto de eliminar a designação de Arqueologia e substituí-la por Património Arqueológico, facto que é limitativo e traduz a pouca sensibilidade e o conhecimento do legislador.

O Conselho Consultivo é formado por 13 personalidades. Nele têm assento o director do Departamento de Arqueologia, os directores regionais do IPPAR, um representante do Instituto Português de Museus, que se tem feito representar pelo director do Museu Nacional de Arqueologia, um representante da direcção Geral do Património do Estado e 5 individualidades convidadas pelo Presidente do IPPAR. Os assuntos presentes em sessão são apenas os que o Presidente entenda submeter ao parecer do Conselho.

ANÁLISE DE ALGUNS INDICADORES

Formação

Dada a reconhecida falta de técnicos de nível médio e preocupados com a formação de quadros, a SEC, através do IPPAR, e o Ministério da Educação, através do Gabinete de Ensino Tecnológico e Artístico Profissional (GETAP), celebraram um acordo de colaboração tendo criado e mantido em funcionamento uma nova escola oficial do ensino técnico-profissional — a **Escola Profissional de Arqueologia** — a qual funciona junto de uma estação arqueológica afecta ao IPPAR, no Norte do País, em Marco de Canavezes. Aí é ministrado um curso de três anos do ensino curricular dos 10º, 11º e 12º anos do ensino secundário, de modo a proporcionar uma formação específica baseada na prática profissional e formar Assistentes de Arqueólogo. Criada em 1990, terminou agora em 1993 o 1º curso. Foram aprovados 16 alunos, técnicos qualificados que dão os primeiros passos para entrar no mercado de trabalho e participar na tarefa que nos motiva, a salvaguarda do património arqueológico.

Esta escola é uma experiência que consideramos muito positiva e é pioneira na Europa. Jovens com formação escolar de nível médio, reconhecida oficialmente pelo Ministério da Educação possuem, deste modo, a formação académica e um diploma que lhes permite entrar no mercado de trabalho de Arqueologia ou, se o quiserem, podem prosseguir os estudos universitários. A criação desta Escola

permitiu ainda, e de uma forma complementar, reunir junto de uma grande estação arqueológica, um corpo técnico permanente e fixo que, para além de formar técnicos de nível médio, está a desenvolver a investigação arqueológica, a conservação patrimonial e a dinamizar outros intervenientes numa verdadeira acção multidisciplinar.

Mas a actividade arqueológica não se esgota no IPPAR.

As **Universidades**, por seu lado, estão a desempenhar um papel também relevante quer desenvolvendo projectos de investigação própria quer colaborando com o IPPAR, com as Autarquias ou com outros Serviços da Administração como o Instituto de Conservação da Natureza. De Norte a Sul, 7 Universidades, 5 estatais e 2 privadas, estão a leccionar cursos que dão formação específica em Arqueologia. O número de Mestrados e Doutoramentos tem aumentado nos últimos anos, contribuindo para uma melhoria do nível científico e uma maior especialização.

Acção das Autarquias

As **Autarquias**, por outro lado, têm desempenhado também um papel muito importante na salvaguarda do Património Arqueológico, quer apoiando financeira e logisticamente os arqueólogos em geral, quer criando as suas estruturas próprias para actuação na área dos respectivos concelhos. Um pouco por todo o país assiste-se ao aparecimento de Gabinetes Municipais de Arqueologia.

O mapa (Fig. 2) mostra-nos a distribuição geográfica dos 38 Municípios que, de entre os 352 existentes, hoje já dispõem ou apoiam financeiramente de forma expressiva unidades orgânicas vocacionadas para a Arqueologia com pessoal fixo. O presente mapa baseia-se nos dados disponíveis no IPPAR. Não foram consideradas as Autarquias que no Sector da Cultura ocupam arqueólogos mas que só esporadicamente se dedicam a esta actividade, nem aquelas que dispõem de arqueólogos nas suas estruturas, mas os ocupam sistematicamente noutras tarefas em que a Arqueologia não é prioritária.

Actividades associativas

As Associações, sejam de defesa do património, sejam Ligas de Amigos, ou Sociedades, conhecemos umas 50.

Reúnem à sua volta um crescente número de voluntários, arqueólogos amadores e profissionais, que muito têm contribuído para a dinamização do sector da Arqueologia.

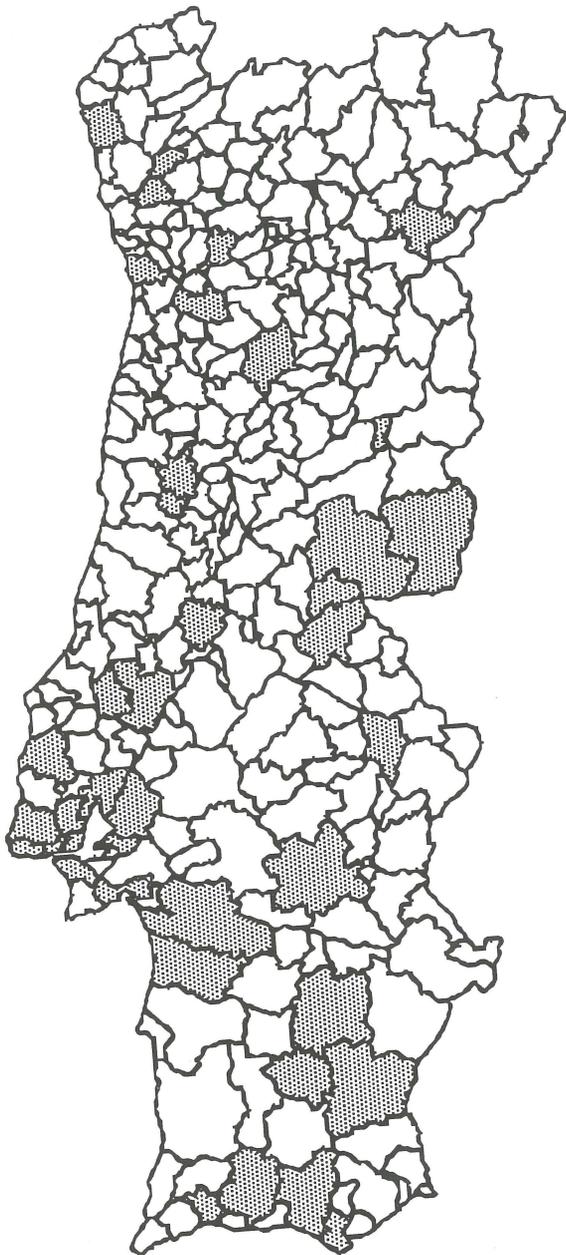


Fig. 2 — Concelhos com estruturas vocacionadas para a Arqueologia — 1993.

Merece uma referência particular, pela expressão dos resultados já obtidos, o Campo Arqueológico de Mértola, centro de investigação que desenvolve uma acção multidisciplinar com Universidades estrangeiras, nomeadamente a Universidade de Sevilha. Pela sua acção tem sido um motor do desenvolvimento local, publicando o resultado das suas investigações e criando núcleos museológicos, espalhados pela vila de Mértola, os quais atraem visitantes e constituem as bases sólidas para diversos projectos de Turismo Cultural que começam a ter expressão. Este centro de investigação em Arqueologia tem a particularidade de ter bom acolhimento e implantação a nível local e regional, já que os diversos projectos em curso trazem benefícios económicos e sociais para a população aí residente.

INVENTÁRIO

A riqueza arqueológica do nosso país é grande. Portugal, um pequeno território com apenas 92 082 km², uma área cerca de 5 vezes e meia menor que a área de Espanha (504 782 km²), tem uma grande densidade de Sítios Arqueológicos conhecidos e inventariados.

Na base de dados do IPPAR estão referenciados, nesta data, cerca de 8 000 Sítios:

- Com localização confirmada - ca. 2 500;
- Com localização confirmada e classificados - 475;
- Com localização não confirmada - 5 500.

O mapa (Fig. 3) mostra a distribuição desses Sítios por Distrito e a densidade relativa de cada um.

Esta recolha e base de dados foi possível graças a um trabalho continuado.

Entre 1980 e 1989 o Instituto do Património organizou uma base de dados com cerca de 6 000 Sítios, a partir da consulta bibliográfica, que se procurou ser exaustiva.

Em 1989 iniciou-se o processo de informatização para o tratamento automático de uma enorme quantidade de informação. Desde então o número de Sítios não aumentou substancialmente apesar de terem sido introduzidos novos dados. Tal facto deve-se à informatização que, se por um lado simplifica o manuseamento da informação, por outro eliminou muitos dados repetidos ou mal formulados.

Sistematicamente têm sido efectuados levantamentos de campo para confirmação da localização de Sítios arqueológicos. Até 1993 o número de levantamentos é de 70 (Fig. 4).

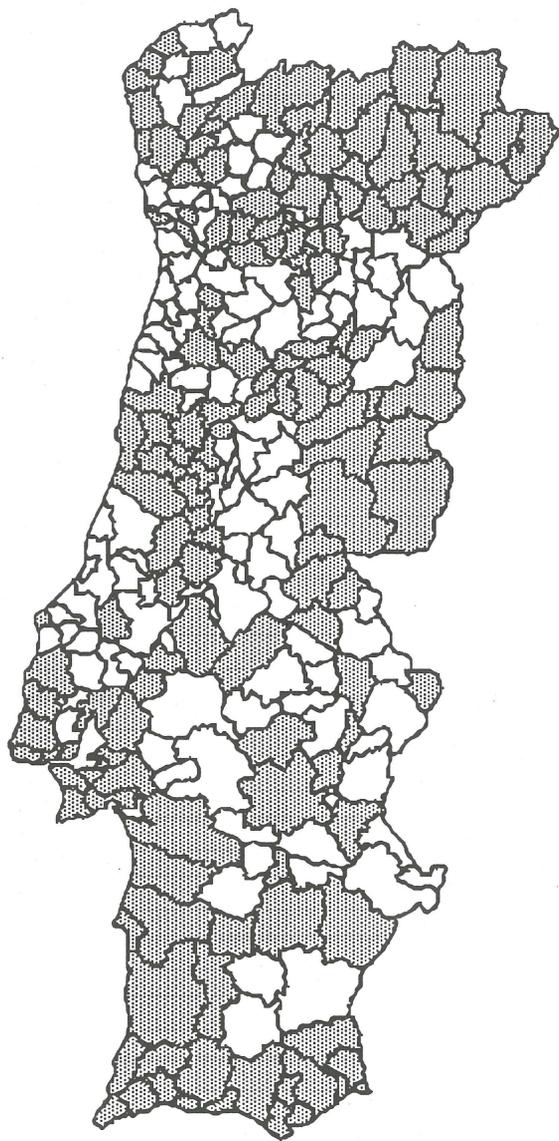


Fig. 3 — Concelhos com levantamentos arqueológicos.

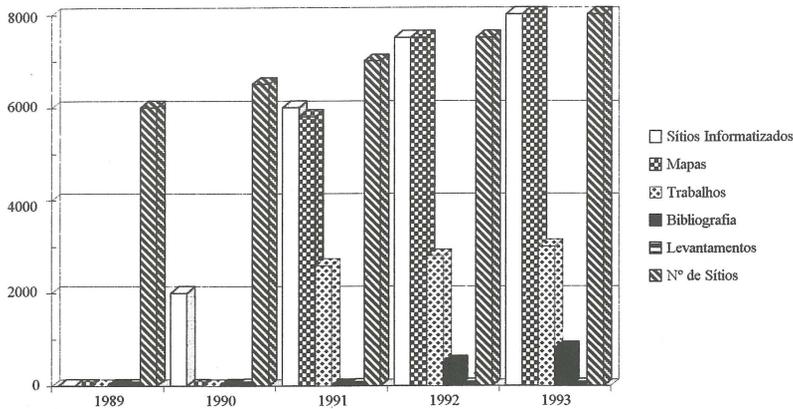


Fig. 4 — Informação arqueológica.

A zona do país onde o IPPAR tem desenvolvido um trabalho sistemático de levantamento exaustivo e confirmação no terreno é no Sul, na região do Algarve. Onze Concelhos estão já publicados na “Carta Arqueológica de Portugal” e até ao fim de 1994 ficará concluído o trabalho nos cinco restantes da região algarvia, bem como a respectiva publicação.

Com amargura constata-se que uma parte significativa do património inventariado já foi destruído. Tomando como exemplo seis Concelhos do Algarve, e tratando estatisticamente os dados, o gráfico (Fig. 5) ilustra a enorme percentagem de Sítios arqueológicos destruídos nos seis concelhos, mostrando que em Silves, onde justamente se tem realizado um programa de investigação e defesa patrimonial mais consistente e prolongado no tempo, a destruição não atinge os 15%, enquanto noutros Concelhos sobe aos 50%.

Mas não se pense que os 256 Concelhos de Portugal Continental não verão publicada em tempo útil a sua primeira carta arqueológica provisória.

Procura-se coordenar esforços e obter a colaboração de todos os arqueólogos.

Está em preparação e a apresentar em 1995/1996, a recolha exaustiva de todos os levantamentos já publicados, bem como os entregues ao IPPAR pelas Universidades, provenientes de trabalhos de investigação curricular. Muitos desses levantamentos são temáticos, referentes por exemplo a um só período cronológico, ou circunscrevendo-se a áreas geográficas restritas.

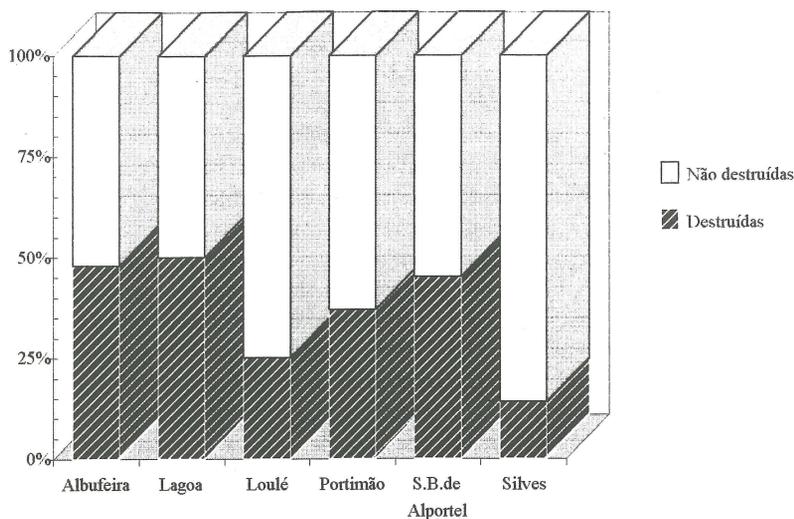


Fig. 5 — Estado actual dos sítios arqueológicos em 6 concelhos do Algarve.

São trabalhos realizados no âmbito de:

- trabalhos universitários;
- pesquisa de Associações de Defesa do Património,
- estudos de impacto ambiental, realizados por arqueólogos contratados;
- alguns Planos Directores Municipais (PDM), habitualmente dirigidos apenas para o património classificado;
- levantamentos de campo em áreas florestais, por arqueólogos contratados;
- etc.

É da reunião, do esforço e do profissionalismo de todos os agentes culturais que trabalham em Arqueologia que se está a desenvolver e a coordenar a *Carta Arqueológica de Portugal*, projecto nunca acabado, isto é, um *inventário em permanente actualização*.

APRESENTAÇÃO DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

De entre os Sítios arqueológicos conhecidos, 24 estão directamente afectos ao IPPAR (Fig. 6).

Com a excepção de Conimbriga, os restantes 23 têm estado praticamente ao abandono, tal como muitos outros Sítios classificados, não oferecendo condições para o acolhimento e a sua interpretação pelo público em geral. A inexistência de



Fig. 6 — Sítios arqueológicos afectos ao IPPAR.

meios financeiros para a arqueologia, devidamente ajustados à realidade, é a principal causa.

Procurando inverter esta situação o IPPAR tem vindo a desenvolver múltiplas iniciativas que vão desde a realização de obras nalguns, a elaboração de projectos pluridisciplinares noutros, para definir percursos de visita e criar infraestruturas de acolhimento, e noutros ainda proceder a morosas e complicadas mas indispensáveis acções preparatórias, tais como aquisição de parcelas de terreno, investigação, negociação de acordos de colaboração com instituições locais, etc.

Decorrem actualmente obras para criar circuitos de visita e trabalhos de conservação das Ruínas em cinco Sítios arqueológicos — St^a Luzia (Viana do Castelo), Quinta das Carvalheiras (Braga), Conimbriga (Condeixa), Villa Cardílio (Torres Novas) e Rua dos Burgos (Évora) — e trabalhos de conservação noutros tantos. O investimento em 1993 para estas acções atinge os 70 000 contos. O gráfico (Fig. 7) dá uma imagem do trabalho que se está a desenvolver.

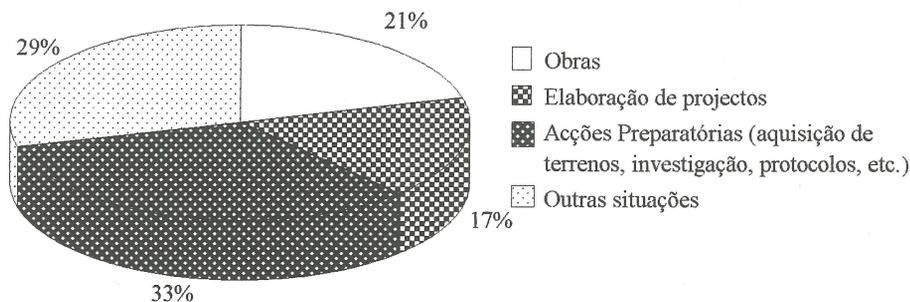


Fig. 7 — Acções de valorização em sítios arqueológicos afectos ao IPPAR.

Acções de tratamento e apresentação pública de estações arqueológicas estão também a decorrer, por iniciativa e financiamento de Autarquias (Amadora, Mértola, Oliveira de Frades, Penafiel, Paços de Ferreira, Silves, etc.).

Acreditamos que no final da década de 90 muitos Monumentos e Sítios arqueológicos, que até agora estavam abandonados, estarão preparados para a visita do público interessado e integrados em circuitos de Turismo Cultural. Iniciaram-se muito recentemente reuniões técnicas entre o IPPAR — Departamento de Arqueologia e o Fundo de Turismo da Secretaria de Estado do Turismo, no sentido de se propor superiormente às respectivas tutelas governamentais a criação de infraestruturas de acolhimento e a realização de estudos e trabalhos de conservação para serem criados Itinerários Arqueológicos e incluir os principais Monumentos e Sítios nos circuitos do turismo organizado. É um projecto de

médio a longo prazo que pretende abranger todo o País e que se prevê canalizar para a Arqueologia recursos financeiros significativos, de modo a dinamizar acções estruturantes ajustadas às características de cada Sítio Arqueológico e inverter o estado de abandono a que estão votados.

Estas medidas de conservação e apresentação de Sítios Arqueológicos dignificam a Arqueologia e contribuem seguramente para a consciencialização do público do que representa a Arqueologia.

AS ETAPAS DA PROTECÇÃO

Classificação de imóveis — Zonas Especiais de Protecção — Aquisição de Terrenos

Em Portugal a protecção do património é uma atitude muito antiga e que a Administração do Estado tem ao longo de várias gerações tentado manter, criando mecanismos legais.

Já no século XVIII, D. João V fez publicar a primeira lei para proteger o património. Contudo, é no século XX que este esforço de salvaguardar, criando mecanismos legais próprios, toma mais expressão.

Durante quase um século (desde 1902) o Estado desenvolveu uma acção importante para a tomada de consciência da noção de património classificado.

As classificações de Imóveis de natureza arqueológica iniciaram-se apenas na década de 1910/1920.

A natureza e o tipo de classificação reflecte o critério adoptado, isto é, a maior ou menor monumentalidade e a antiguidade. Muitas vezes a tradição e a toponímia foram os elementos determinantes para proteger legalmente um imóvel.

Este processo nunca parou, mas é na década de 1970/1980 que se verifica uma nova tomada de consciência na necessidade de classificar os imóveis para que os dispositivos legais possam ser mais eficazes (Fig. 8).

No final do século XX, mercê de uma dinâmica dos arqueólogos da nossa geração e de uma cada vez maior consciencialização de que todos têm uma grande responsabilidade em proteger o património histórico-arqueológico, legando-o às gerações futuras, é notório o empenhamento na selecção e avaliação do que, de facto, ao Estado compete salvaguardar, classificando-o.

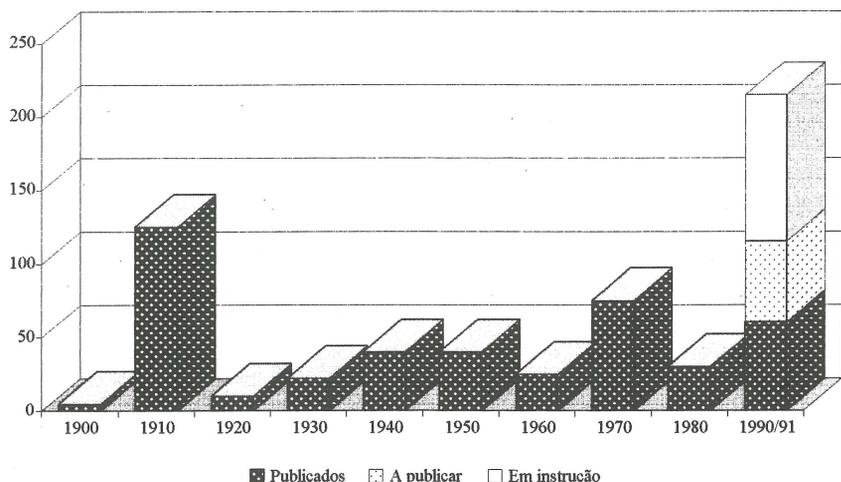


Fig. 8 — Monumentos e Sítios Arqueológicos Classificados (por décadas).

Mas a protecção dos principais Monumentos e Sítios passa não só pela classificação, mas também por um conjunto de medidas diversas e pela dignificação e classificação da zona envolvente desses imóveis, procurando-se desta forma não “coisificar” o Monumento isolado e assegurar-lhe o seu contexto e enquadramento cultural e sempre que possível a sua integração na paisagem.

As Zonas Especiais de Protecção (ZEP), constituindo do ponto de vista jurídico servidões administrativas, são as áreas próximas dos imóveis que, mercê da aplicação de legislação específica, podem contribuir para um melhor enquadramento paisagístico e ambiental dos Monumentos.

Actualmente existem apenas 18 ZEP de Monumentos arqueológicos, estando em fase de instrução 7 novas ZEP, todas elas em Monumentos e Sítios arqueológicos afectos ao IPPAR.

Outras medidas que regular e sistematicamente têm sido adoptadas em Portugal para a protecção de Monumentos e Sítios arqueológicos, além da classificação e delimitação de ZEP, é a aquisição a particulares de parcelas de terreno para o Património do Estado constituindo-se assim Reservas Arqueológicas que permitem garantir a integridade do terreno, o tipo de utilização mais adequado e a sua transmissão intacta às gerações futuras.

Em resultado desta estratégia foram adquiridos nos últimos anos para o Património do Estado, aproximadamente 20 hectares de terrenos com subsolo de natureza arqueológica, que se apresentam no Quadro II.

Quadro II - Parcelas de terreno adquiridas para o Património do Estado

Ano	Local	Valor Total (milhares de escudos)	Área Adquirida (m ²)	Área Cumulativa (m ²)
1985	A. A. Freixo*	100	1 200	1 200
1986	Conimbriga	78	2 170	3 370
1987				3 370
1988	A. A. Freixo*	1 932	9 660	13 030
1989	A. A. Freixo* Mt. da Tumba	16 571	22 500	35 530
1990				35 530
1991	Braga (C. Max.)	89 000	2 000	37 530
1992	A. A. Freixo (Qt. Ped.)* Panóias	10 214	3 188	40 718
1993	Panóias Castro Cidadelhe A. A. Freixo (Paleagas B.)* Miróbriga A. A. Freixo (Searinha)*	25 164	159 484	200 202

* Área Arqueológica do Freixo - área total adquirida: 22 180 m².

FINANCIAMENTO

O financiamento da actividade arqueológica no Instituto do Património (Fig. 9) tem sido efectuada preferencialmente através do Plano de Investimentos e Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), de Mecenato ou de acordos de colaboração com empresas exteriores ao Instituto, essencialmente ligados a projectos específicos (intervenções de salvamento em áreas urbanas, reflorestação, construção de rodovias, etc.).

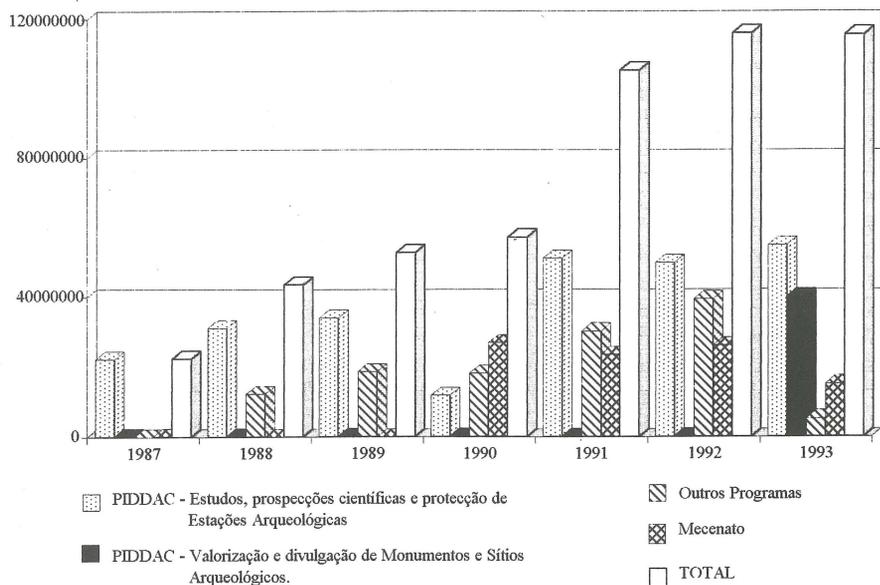


Fig. 9 — Financiamento da actividade arqueológica.

Em 1993, com verbas do PIDDAC, foi criado um programa dedicado especialmente à conservação, valorização e divulgação de Monumentos e Sítios Arqueológicos, estando a ser aplicado nos trabalhos em curso no Claustro da Sé de Lisboa e na “Villa” Cardilio em Torres Novas. Formalizou-se ainda uma candidatura ao Quadro Comunitário de Apoio para o desenvolvimento de regiões fronteiriças (Programa INTERREG), prevendo-se que alguns Sítios Arqueológicos venham a beneficiar financeiramente desta candidatura que se aproxima dos 140 milhares de contos.

Recentemente decorreu igualmente uma reunião preparatória para o estabelecimento de um acordo de colaboração entre o IPPAR e o Fundo de Turismo. Pretende-se deste modo canalizar verbas do orçamento deste último organismo para alguns Sítios Arqueológicos passíveis de integrar os Circuitos de Turismo Organizado, criando-se previamente infraestruturas de acolhimento, circuitos organizados de visita e desenvolver acções de investigação e de conservação das Ruínas bem como a respectiva edição de produtos de divulgação. Este será um programa específico para três anos e que se espera venha a obter um financiamento na ordem dos 600 mil contos, a partir de 1994/1995.

Nota: Na data em que esta comunicação é publicada (1995) o acordo de colaboração entre o IPPAR e o Fundo de Turismo já foi celebrado. Deste modo foi criado o programa denominado "Itinerários Arqueológicos para o Alentejo e Algarve" que contempla 13 Sítios Arqueológicos e conta com um financiamento assegurado de 638 000 contos. A selecção das regiões do Alentejo e Algarve deve-se a opção política do Governo. Espera-se em Dezembro de 1996 fazer a avaliação trabalho realizado e propor então o alargamento a outras regiões do País o programa dos Itinerários Arqueológicos.

TRABALHOS DE CAMPO

Os trabalhos de Arqueologia promovidos e/ou apoiados pelo IPPC/IPPAR, realizados entre 1986 e 1992 em todo o País por arqueólogos do IPPAR, das Universidades, das Autarquias e independentes apresentam-se (Fig. 10 e Quadro III) agrupados em 4 tipos de intervenções. As Sondagens destinam-se à identificação e caracterização de contextos arqueológicos; os Salvamentos/Emergências estão habitualmente relacionados com achados ocasionais; o Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (PNTA) é um projecto do PIDDAC, através do qual o IPPAR apoia alguns projectos de investigação, avalia da oportunidade e autoriza a realização de trabalhos arqueológicos; Conservação/Salvaguarda são acções promovidas na maior parte dos casos pelo IPPAR.

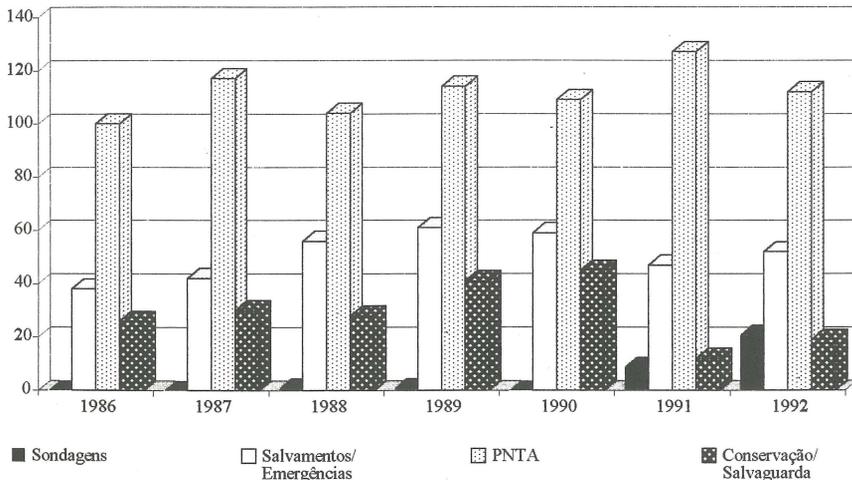


Fig. 10 — Trabalhos arqueológicos.

**Quadro III – Distribuição dos trabalhos arqueológicos
por períodos cronológico-culturais**

	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Paleolítico	22	31	30	25	12	20
Neolítico	41	36	31	42	41	50
Calcolítico/Bronze/Ferro	28	38	26	42	39	36
Romano	52	51	60	55	70	52
Árabe/Medieval	20	33	38	46	46	36
Moderno	1	—	4	—	4	1

Em 1993 e até ao mês de Julho o IPPAR já fez 36 intervenções arqueológicas de campo em todo o País, enquanto que à Direcção do Instituto, até 08.07.93, foram presentes 873 assuntos diferentes relacionados com a actividade arqueológica.

Outros parâmetros, como a política editorial ou a organização dos Museus com colecções de Arqueologia (Fig. 11 e Fig. 12), poderiam ser aqui analisados mas, dada a extensão da comunicação, face ao tempo disponível para a sua apresentação, e porque são aspectos que carecem de uma profunda revisão, devem ser relegados para uma reflexão futura.

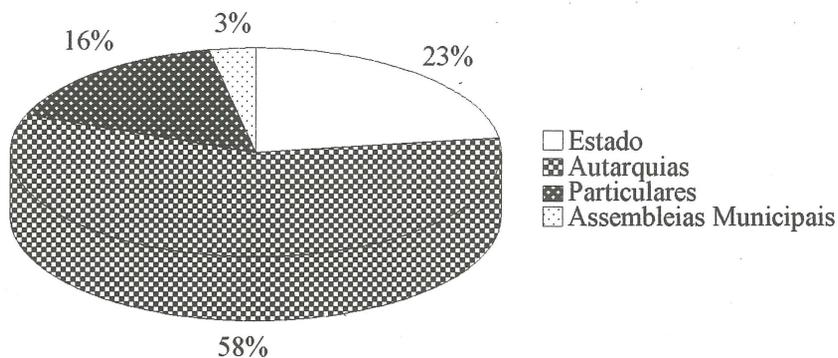


Fig. 11 — Museus com colecções de Arqueologia.

Nesta análise da situação da Arqueologia através de alguns números, e para terminar, gostaria ainda de me congratular com a elevada participação de mais de 600 arqueólogos inscritos, salientando as cerca de 200 comunicações que serão apresentadas neste congresso e cujos autores garantem a respectiva qualidade técnica e científica.

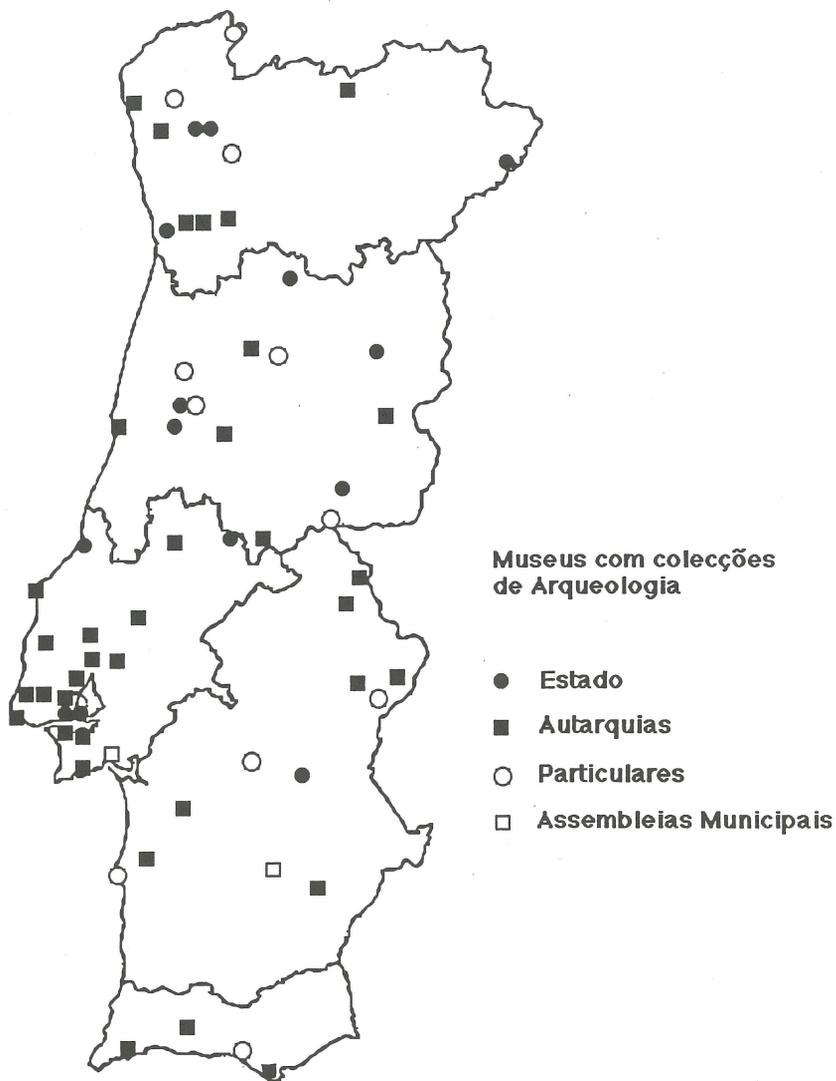


Fig. 12 — Museus com colecções de Arqueologia.

Está já garantida a publicação das Actas, facto que é da maior relevância para a actualização da investigação em curso.

Antes de terminar, uma brevíssima referência à necessidade sentida por todos nós para ser criada a carreira de Arqueólogo em Portugal. Havendo já várias iniciativas para que num futuro próximo venha a ser criada em Portugal a carreira de Arqueólogo, este Congresso é sem dúvida um contributo importante para tal objectivo e para a dignificação do trabalho dos Arqueólogos na sociedade contemporânea. Aos colegas que estão a dinamizar este processo desejo o maior sucesso nesta árdua tarefa.

Felicito a organização pelo empenhamento demonstrado e desejo a todos os maiores sucessos.